

SME-SALVADOR-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA

Professor- Língua
Portuguesa

EDITAL Nº 01, DE 09/07/2026

CÓD: SL-115JL-26
7901183002238

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: Gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna	9
2. Semântica: Sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	16
3. Emprego de tempos e modos dos verbos em português; mecanismos de flexão dos nomes e verbos	17
4. Morfologia: Reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	20
5. Processos de formação de palavras	27
6. Sintaxe: Frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação;	30
7. Concordância nominal e verbal	35
8. Transitividade e regência de nomes e verbos	39
9. Padrões gerais de colocação pronominal no português	42
10. Mecanismos de coesão textual	44
11. Ortografia	45
12. Acentuação gráfica	47
13. Emprego do sinal indicativo de crase	52
14. Pontuação	55
15. Estilística: Figuras de linguagem	57
16. Reescritura de frases: Substituição, deslocamento, paralelismo	60
17. Variação linguística	61
18. Norma culta	62

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas. Proposições simples e compostas. Conectivos lógicos. Equivalências e negações de proposições	69
2. Lógica de argumentação	75
3. Diagramas lógicos	78
4. Operações com conjuntos	80
5. Sequências lógicas e reconhecimento de padrões	83
6. Raciocínio lógico-verbal, numérico e analítico. Problemas envolvendo relações entre pessoas, objetos, lugares e eventos fictícios, com dedução de novas informações a partir das condições apresentadas	85
7. Orientação espacial e temporal	90
8. Princípios básicos de contagem	93
9. Raciocínio matemático aplicado à resolução de situações-problema envolvendo porcentagem, razão, proporção e problemas aritméticos e geométricos	97
10. Compreensão, análise e interpretação de situações que exijam a identificação de relações lógicas, a organização de informações e a formulação de conclusões válidas aplicadas ao cotidiano escolar	98

Atualidades

1. O Brasil, a Bahia, Salvador e o mundo: transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas e seus impactos na vida cotidiana e na educação. Democracia, cidadania, direitos humanos, participação social e direitos das crianças e adolescentes. Diversidade cultural, relações étnico-raciais, combate ao racismo, preconceito, discriminação e demais formas de violência. Educação para a equidade, inclusão social e cultura de paz	105
---	-----

1. Desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e educação ambiental: Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	110
2. Cultura digital e sociedade da informação: tecnologias digitais, inteligência artificial, ética no uso das tecnologias e impactos das transformações digitais na educação e nas relações sociais.....	113
3. Cultura brasileira, baiana e soteropolitana: manifestações culturais, patrimônio histórico e cultural, artes, música, literatura, cinema, teatro e tradições populares. Panorama político, econômico, social, educacional, cultural e ambiental do Estado da Bahia e do Município de Salvador. Questões urbanas, ambientais, educacionais e sociais relacionadas ao contexto local e regional.....	116

Conhecimentos Pedagógicos

1. Fundamentos do desenvolvimento humano, adolescência e juventudes: Processos de ensino e aprendizagem nos Anos Finais do Ensino Fundamental	125
2. Adolescência e juventudes: direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), proteção integral, diversidade, desenvolvimento humano e direitos das juventudes nas dimensões física, cognitiva, afetiva, ética, social e cultural	127
3. Educação integral e formação humana.....	168
4. Projeto de vida e protagonismo estudantil.....	170
5. Desenvolvimento cognitivo, afetivo e socioemocional.....	172
6. Competências socioemocionais: autocuidado, empatia, colaboração, resolução de problemas e tomada de decisão.....	175
7. Currículo, BNCC, planejamento e organização do trabalho pedagógico: Didática, planejamento e organização do trabalho pedagógico.....	178
8. Currículo e organização curricular à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais, competências específicas, habilidades e organização dos Anos Finais do Ensino Fundamental	181
9. Projeto Político-Pedagógico (PPP) e compromisso com a qualidade social da educação.....	184
10. Planejamento de ensino: plano de aula, sequência didática e organização das práticas pedagógicas	186
11. Gestão da sala de aula, convivência escolar e mediação de conflitos	189
12. Metodologias de ensino e práticas pedagógicas: Interdisciplinaridade, contextualização do conhecimento e práticas pedagógicas investigativas	191
13. Metodologias ativas: aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem colaborativa, ensino por investigação, gamificação e aprendizagem significativa.....	194
14. Desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo	196
15. Linguagens, leitura, escrita e multiletramentos: Práticas de linguagem, leitura, escrita, oralidade e multiletramentos; Gêneros textuais, textos multissemióticos e mídias digitais.....	199
16. Cultura digital, tecnologias educacionais e pensamento computacional: Cultura digital, letramento digital, educação midiática, ética digital e enfrentamento à desinformação; Cidadania digital e segurança digital no ambiente escolar; Tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) aplicadas aos processos de ensino e aprendizagem; Pensamento computacional e tecnologias digitais na educação básica	202
17. Ensino híbrido, educação digital, cultura digital e competências digitais previstas na BNCC.....	206
18. Ambientes virtuais de aprendizagem e plataformas digitais educacionais.....	208
19. Avaliação educacional e indicadores de aprendizagem: Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, processual e somativa; avaliação por competências; avaliação em larga escala; avaliação institucional (IDEB, SAEB e outros indicadores educacionais); devolutiva pedagógica e uso de dados educacionais para acompanhamento e melhoria da aprendizagem	211
20. Recomposição das aprendizagens e estratégias de acompanhamento pedagógico.....	214

1. Inclusão, diversidade e educação especial: Inclusão e estratégias de intervenção pedagógica; Educação inclusiva e respeito à diversidade; Educação especial na perspectiva inclusiva, com base na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado (AEE), acessibilidade, adaptação curricular e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)	217
2. Dificuldades de aprendizagem e estratégias pedagógicas de acompanhamento escolar; compreensão pedagógica dos transtornos do neurodesenvolvimento no contexto escolar	219
3. Direitos humanos, diversidade e relações étnico-raciais: Educação em direitos humanos, democracia e cidadania	222
4. Relações étnico-raciais e educação antirracista; História e cultura afro-brasileira, africana e indígena.....	225
5. Diversidade cultural, territorialidade e identidade sociocultural de Salvador e da Bahia	228
6. Sustentabilidade, educação ambiental, cultura de paz e enfrentamento às violências no ambiente escolar, incluindo bullying, cyberbullying e promoção da convivência ética.....	231
7. Convivência escolar e relação com a comunidade: Relação escola-família-comunidade; Juventudes, participação estudantil, protagonismo juvenil, convivência escolar e projeto de vida	234

Conhecimentos Específicos Professor - Língua Portuguesa

1. Concepções de língua, linguagem e ensino de Língua Portuguesa. Linguagem como interação social, prática discursiva e produção de sentidos. Dialogismo, discurso, texto, enunciado e gêneros discursivos (Bakhtin). Práticas de linguagem ...	241
2. Oralidade: gêneros orais, escuta, argumentação, participação em interações comunicativas e ensino da oralidade nos Anos Finais do Ensino Fundamental	247
3. Leitura e compreensão de textos verbais, não verbais e multissemióticos. Estratégias de leitura, inferência, intertextualidade, implícitos, polissemia, ambiguidade, ironia, modalização, formação do leitor crítico e práticas de leitura literária	265
4. Literatura brasileira, literatura juvenil e formação do leitor literário. Movimentos literários, autores representativos da literatura brasileira. Literatura afro-brasileira, africana, indígena e literatura baiana. Mediação de leitura, letramento literário, formação estética e práticas de fruição literária	272
5. Produção textual escrita: práticas de escrita, autoria, planejamento, textualização, progressão temática, argumentação, adequação linguística, revisão, reescrita e circulação social dos textos. Contexto de produção, interlocução, intencionalidade e gêneros discursivos	280
6. Análise linguística e semiótica aplicada às práticas de linguagem. O texto como unidade de análise	288
7. Conhecimentos linguísticos e gramaticais contextualizados: ortografia, acentuação, pontuação, morfossintaxe, concordância, regência, colocação pronominal e organização sintática do texto. Recursos linguísticos, discursivos e expressivos na construção de sentidos. Coesão, coerência, variação linguística e norma-padrão.....	296
8. Multiletramentos, cultura digital e práticas contemporâneas de linguagem. Educação midiática, letramento digital, gêneros digitais, ética digital, desinformação e uso crítico das mídias.....	296
9. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais, competências específicas de Língua Portuguesa, campos de atuação, práticas de linguagem e direitos de aprendizagem nos Anos Finais do Ensino Fundamental.....	305
10. Referenciais Curriculares da Secretaria Municipal de Educação de Salvador para os Anos Finais do Ensino Fundamental	320
11. Planejamento, metodologias e avaliação da aprendizagem em Língua Portuguesa	321

Material Digital

Legislação Específica

1. Sistema educacional brasileiro e organização da educação nacional; Princípios e fins da educação nacional, nos termos da Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996 e alterações)	3
2. Regime de colaboração entre União, Estados e Municípios e financiamento da educação básica, com destaque para o FUNDEB.....	26
3. Educação Básica: etapas, modalidades e organização do ensino; Gestão democrática da educação pública, currículo, avaliação e formação docente	31
4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): direitos fundamentais da criança e do adolescente, direito à educação, proteção integral, medidas de proteção e responsabilidades da escola	39
5. Plano Nacional de Educação (PNE): metas e estratégias relacionadas à qualidade da educação, equidade, inclusão, formação docente, educação integral e permanência escolar. Políticas de enfrentamento à evasão, ao abandono escolar e à distorção idade-série.....	39
6. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): fundamentos pedagógicos, competências gerais e específicas, direitos de aprendizagem e organização curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental.....	44
7. 6.Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e para o Ensino Fundamental; Currículo, interdisciplinaridade, diversidade, inclusão e educação integral	44
8. Referenciais Curriculares da Secretaria Municipal de Educação de Salvador para os Anos Finais do Ensino Fundamental	54
9. Educação em Direitos Humanos: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, democracia, cidadania, cultura de paz e diversidade	55
10. Ducação das relações étnico-raciais: Lei nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais	55
11. Educação especial na perspectiva inclusiva: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado (AEE), acessibilidade, inclusão escolar e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), com ênfase na legislação correlata, incluindo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).....	56
12. Tecnologias digitais e educação: cultura digital, cidadania digital, educação midiática, ética, segurança digital, pensamento computacional e uso pedagógico das tecnologias na educação básica; Juventudes, participação estudantil e protagonismo juvenil no contexto escolar; Neurodesenvolvimento e aprendizagem no contexto escolar.....	75

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

Ao escrever, é essencial considerar a situação de escrita proposta. Existem inúmeras situações de comunicação, e seu texto pode se organizar de diferentes maneiras, dependendo do contexto e do objetivo comunicativo.

Há casos em que a linguagem é empregada de forma mais convencional. Por exemplo, ao ensinar alguém a preparar um bolo, a linguagem geralmente se apresenta como uma receita. Se o propósito for promover ou vender um produto, utilizamos anúncios publicitários. Já se a intenção é informar a população sobre um acontecimento, recorreremos à notícia. Em outras palavras, a variedade de situações de comunicação resulta em diferentes maneiras de utilizar a linguagem.

Existem aquelas situações que se constituem por elementos verbais (representados pela imagem de um livro, uma pena e papel), outras por elementos visuais (como a câmera fotográfica, a paleta com pincel, e as máscaras do teatro mudo), outras ainda pelo elemento vocal (ilustradas por notas musicais e instrumentos), e também aquelas que integram esses três tipos de linguagem (como o cinema e o teatro). Em cada uma dessas situações, a linguagem assume formas e conteúdos específicos e característicos.

Esses tipos de textos que usamos frequentemente em nosso dia a dia, conforme as variadas situações comunicativas, são chamados de gêneros textuais. Eles se referem à forma como a língua se organiza nos textos nas interações sociais.

Com o passar do tempo, diferentes gêneros foram desenvolvidos em função das diversas situações socioculturais e comunicativas. Cada um possui uma organização particular da linguagem, com um conteúdo (assunto) característico da respectiva situação comunicativa, podendo ser mais aberto ou mais restrito ao estilo (marca pessoal) do autor.

Vale ressaltar que um texto não precisa se limitar a um único gênero textual, embora geralmente um deles prevaleça. Textos, tanto orais quanto escritos, que têm o propósito de estabelecer algum tipo de comunicação, possuem características básicas que permitem identificar seu gênero textual. Entre essas características estão o tipo de assunto abordado, quem é o emissor, quem é o receptor, a finalidade do texto, e o tipo de texto (se é narrativo, argumentativo, instrucional, etc.).

► Distinguindo

Há diferentes nomenclaturas [O gênero textual também pode ser chamado de gênero discursivo. Essa variação ocorre conforme a perspectiva teórica adotada: uma enfatiza questões

ideológicas e sociais discursivas, enquanto a outra se concentra mais na forma. Neste momento, não vamos aprofundar essa distinção.] relacionadas aos gêneros, mas nem todas significam a mesma coisa.

É fundamental diferenciar o que é gênero textual, gênero literário e tipo textual. Cada uma dessas classificações está relacionada aos textos, mas possuem significados totalmente distintos. A seguir, veja uma breve explicação sobre o que são gênero literário e tipo textual:

▪ **Gêneros Textuais:** referem-se às formas de estruturação dos textos conforme as diferentes situações de comunicação. Eles podem surgir em diversos contextos comunicativos (literário, jornalístico, digital, judiciário, entre outros). Exemplos de gêneros textuais incluem: romance, conto, receita, notícia, bula de remédio.

▪ **Gênero Literário:** trata-se dos gêneros textuais nos quais a forma, o estilo autoral e a organização da linguagem possuem uma preocupação estética. Eles são classificados conforme sua estrutura, podendo ser do gênero lírico, dramático ou épico. Pode-se dizer que todo gênero literário é um gênero textual, mas nem todo gênero textual é um gênero literário.

▪ **Tipo Textual:** refere-se à maneira como a linguagem é organizada dentro de cada gênero. Está relacionado ao uso dos verbos e pode ser classificado como narrativo, descritivo, expositivo, dissertativo-argumentativo, injuntivo, preditivo e dialogal. Cada uma dessas categorias varia de acordo com a apresentação do texto e a finalidade para a qual ele foi elaborado.

Abaixo, apresentaremos os gêneros discursivos mais comuns. Cada gênero é agrupado de acordo com a predominância do tipo textual.

GÊNEROS TEXTUAIS PREDOMINANTEMENTE DO TIPO TEXTUAL NARRATIVO

► Romance

O romance é um texto extenso, com tempo, espaço e personagens claramente definidos. Pode conter momentos em que o tipo narrativo dá lugar ao descritivo para caracterizar personagens e ambientes. As ações no romance tendem a ser mais longas e complexas. A narrativa pode envolver as aventuras de um protagonista em uma história de amor, muitas vezes com barreiras ou proibições.

No entanto, existem romances com uma variedade de temas, como os romances históricos (que abordam eventos de períodos específicos da história), romances psicológicos (focados nas reflexões e conflitos internos de um personagem), e romances sociais (que refletem o comportamento de uma determinada parte da sociedade, com o objetivo de fazer uma crítica social).

Entre os romancistas brasileiros destacados, podemos citar Machado de Assis, Guimarães Rosa, e Eça de Queiroz, entre outros.

► **Conto**

O conto é uma narrativa breve e ficcional, geralmente escrita em prosa, que aborda situações cotidianas, anedotas e até elementos do folclore. Originalmente, fazia parte da tradição oral. Boccaccio foi o primeiro a registrar o conto de forma escrita em sua obra “Decamerão”. Este gênero, que pertence à esfera literária, é caracterizado por ser uma narrativa concisa e intensa que se desenvolve em torno de uma única ação. Geralmente, o leitor é inserido em uma ação que já está em progresso, sem muitas explicações sobre o que ocorreu antes ou depois desse momento narrado. Há uma construção de tensão ao longo de todo o conto.

Diferentes contos são desenvolvidos dentro da tipologia narrativa, como o conto de fadas (com personagens do universo fantástico), contos de aventura (envolvendo personagens em contextos mais realistas), contos folclóricos (ou populares), contos de terror ou assombração (com cenários sombrios que visam provocar medo no leitor), e contos de mistério (envolvendo suspense e a resolução de um enigma).

► **Fábula**

A fábula é uma narrativa de caráter fantástico, onde os eventos são inverossímeis. As personagens principais geralmente não são seres humanos, e o objetivo da fábula é transmitir uma lição moral.

► **Novela**

A novela é um gênero que se situa entre o romance e o conto em termos de extensão. É composta por um grande número de personagens, organizados em diferentes núcleos que nem sempre interagem ao longo do enredo. Exemplos notáveis de novelas incluem “O Alienista” de Machado de Assis e “A Metamorfose” de Franz Kafka.

► **Crônica**

A crônica é uma narrativa curta e informal, vinculada ao cotidiano e escrita em linguagem coloquial. Pode ter um tom humorístico ou trazer uma crítica indireta, especialmente quando é publicada em seções de jornais, revistas, ou apresentada em programas de televisão. Na literatura brasileira, vários cronistas se destacam, como Luís Fernando Veríssimo, Rubem Braga e Fernando Sabino.

► **Diário**

O diário é escrito em linguagem informal e sempre apresenta a data, sem um destinatário específico; geralmente, é direcionado à própria pessoa que o escreve. Ele serve como um registro dos acontecimentos do dia, com o objetivo de preservar memórias e, em alguns casos, servir como um espaço para desabafar. Veja um exemplo:

“Domingo, 14 de junho de 1942

Vou começar a partir do momento em que ganhei você, quando o vi na mesa, no meio dos meus outros presentes de aniversário. (Eu estava junto quando você foi comprado, e com isso eu não contava.)

Na sexta-feira, 12 de junho, acordei às seis horas, o que não é de espantar; afinal, era meu aniversário. Mas não me deixam levantar a essa hora; por isso, tive de controlar minha curiosidade até quinze para as sete. Quando não dava mais para esperar, fui até a sala de jantar, onde Moortje (a gata) me deu as boas-vindas, esfregando-se em minhas pernas.”

Trecho retirado do livro “Diário de Anne Frank”.

GÊNEROS TEXTUAIS PREDOMINANTEMENTE DO TIPO TEXTUAL DESCRITIVO

► **Currículo**

O currículo é um gênero que pertence principalmente ao tipo textual descritivo. Nele, são detalhadas as qualificações e experiências profissionais de uma pessoa.

► **Laudo**

O laudo é um gênero também pertencente ao tipo textual descritivo. Sua função é descrever os resultados de análises, exames ou perícias, tanto no campo médico quanto em questões técnicas.

Outros exemplos de gêneros textuais que se enquadram no tipo descritivo incluem: folhetos turísticos, cardápios de restaurantes e anúncios classificados.

GÊNEROS TEXTUAIS PREDOMINANTEMENTE DO TIPO TEXTUAL EXPOSITIVO

► **Resumos e Resenhas**

Nesses gêneros, o autor faz uma breve descrição da obra (que pode ser cinematográfica, musical, teatral ou literária) com o intuito de divulgá-la de forma resumida.

Na verdade, o resumo e a resenha são análises da obra, com linguagem que pode variar em formalidade. Geralmente, os resenhistas são especialistas na área devido ao vocabulário específico que utilizam e, por serem estudiosos do assunto, suas críticas ou elogios podem influenciar a venda e a recepção do produto.

► **Verbetes de dicionário**

Este é um gênero predominantemente expositivo, cujo objetivo é apresentar conceitos e significados das palavras de uma língua.

► **Relatório Científico**

O relatório científico é um gênero predominantemente expositivo que descreve as etapas de uma pesquisa, bem como caracteriza os procedimentos realizados durante o processo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS. PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS. CONECTIVOS LÓGICOS. EQUIVALÊNCIAS E NEGAÇÕES DE PROPOSIÇÕES

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: "Hoje é segunda-feira" é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: "O céu é azul e não azul" é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: "Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F."

Exemplo: "Está chovendo ou não está chovendo" é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: "Quando será a prova?"

- Frases exclamativas: "Que maravilhoso!"
- Frases imperativas: "Desligue a televisão."
- Frases sem sentido lógico: "Esta frase é falsa."

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: " $2 + 2 = 4$ "
- Sentença fechada e falsa: "O Brasil é uma ilha"

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: "João é engenheiro."
- q: "Maria é professora."

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: "João é engenheiro e Maria é professora."

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

- **"O céu é azul."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **"Quantos anos você tem?"** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).
- **"João é alto."** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).
- **"Seja bem-vindo!"** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).
- **" $2 + 2 = 4$."** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).
- **"Ele é muito bom."** – Sentença aberta (não se sabe quem é "ele" e o que significa "bom").

AMOSTRA

- **“Choveu ontem.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Esta frase é falsa.”** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- **“Abra a janela, por favor.”** – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- **“O número x é maior que 10.”** – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

(B) Não sabemos os valores de x e y, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.

(C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.

(D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.

(E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

► Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	$\sim$ ou $\neg$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	$\wedge$	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	$\vee$	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	$\rightarrow$	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	$\leftrightarrow$	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

ATUALIDADES

O BRASIL, A BAHIA, SALVADOR E O MUNDO: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS, CULTURAIS, CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E SEUS IMPACTOS NA VIDA COTIDIANA E NA EDUCAÇÃO. DEMOCRACIA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. DIVERSIDADE CULTURAL, RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS, COMBATE AO RACISMO, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E DEMAIS FORMAS DE VIOLÊNCIA. EDUCAÇÃO PARA A EQUIDADE, INCLUSÃO SOCIAL E CULTURA DE PAZ

As sociedades estão em constante transformação. Mudanças na organização das famílias, nas formas de trabalho, nos hábitos de consumo, nos meios de comunicação e nas relações entre as pessoas alteram profundamente a vida cotidiana. Essas transformações não acontecem de maneira isolada: acontecimentos internacionais podem produzir consequências no Brasil, enquanto decisões nacionais influenciam diretamente a realidade da Bahia e de Salvador.

O avanço da globalização intensificou a circulação de mercadorias, informações, tecnologias, pessoas e manifestações culturais. Uma inovação desenvolvida em outro país pode rapidamente chegar às escolas, aos locais de trabalho e às residências brasileiras. Da mesma forma, crises econômicas, conflitos internacionais, mudanças climáticas e problemas sanitários podem afetar o preço dos alimentos, a geração de empregos, o transporte, a saúde pública e a educação.

Entretanto, os efeitos dessas mudanças não atingem todas as pessoas de forma igual. Grupos com maior renda, escolaridade e acesso a serviços públicos geralmente possuem melhores condições de adaptação. Em contrapartida, populações socialmente vulneráveis podem enfrentar dificuldades maiores, como desemprego, insegurança alimentar, precariedade da moradia e exclusão digital. Compreender as transformações sociais exige, portanto, observar tanto os avanços quanto as desigualdades que elas podem ampliar.

► Transformações políticas e econômicas

Democracia, decisões públicas e organização da sociedade

As transformações políticas envolvem mudanças nas instituições, nas leis, nas formas de participação social e nas relações entre o Estado e a população. Em uma sociedade democrática, decisões políticas interferem na oferta de educação, saúde, segurança, transporte, cultura, saneamento e assistência social. Por isso, a política não se limita às eleições: ela está presente em todas as escolhas coletivas que afetam a vida da população.

No Brasil, as diferenças regionais influenciam a distribuição de oportunidades e recursos. A Bahia apresenta grande importância histórica, cultural e econômica, mas também convive com desigualdades sociais e territoriais. Salvador, como capital estadual, concentra serviços, instituições, atividades econômicas e equipamentos culturais, ao mesmo tempo que apresenta contrastes entre bairros com diferentes condições de infraestrutura, renda e acesso a direitos.

No campo econômico, a modernização da produção, a expansão do setor de serviços, o crescimento do trabalho por aplicativos e a automação modificaram as relações profissionais. Algumas ocupações desapareceram ou foram reduzidas, enquanto novas atividades surgiram. Essas mudanças exigem qualificação contínua, domínio de tecnologias e capacidade de adaptação. Contudo, também podem gerar instabilidade, informalidade e ausência de proteção trabalhista.

A tabela a seguir ajuda a compreender como uma mesma transformação pode assumir características diferentes conforme a escala geográfica observada.

Escala	Exemplos de transformações	Possíveis impactos cotidianos e educacionais
Mundo	Globalização, inteligência artificial, crises econômicas e mudanças climáticas	Alteração de profissões, circulação rápida de informações e necessidade de educação ambiental e digital
Brasil	Urbanização, desigualdade social, expansão dos serviços e mudanças no mercado de trabalho	Novas demandas profissionais, desafios de inclusão e necessidade de políticas educacionais amplas
Bahia	Diversificação econômica, valorização cultural e desigualdades entre regiões	Necessidade de respeitar identidades locais e ampliar o acesso à educação e aos serviços públicos
Salvador	Crescimento urbano, turismo, economia criativa e desigualdade entre bairros	Problemas de mobilidade, acesso desigual a equipamentos públicos e valorização da cultura afro-brasileira

► **Transformações culturais, científicas e tecnológicas**

Cultura, identidade e circulação de informações

As transformações culturais ocorrem quando valores, costumes, linguagens e formas de expressão se modificam ou entram em contato com outras tradições. A Bahia e Salvador possuem forte presença das culturas africanas e afro-brasileiras, perceptível na música, na culinária, nas festas, nas religiosidades, nas artes e nos modos de viver. Essa riqueza cultural contribui para a formação da identidade brasileira e precisa ser reconhecida no ambiente escolar.

Ao mesmo tempo, a circulação global de conteúdos pode estimular trocas culturais, mas também favorecer a padronização de comportamentos e o enfraquecimento de tradições locais. A educação tem a função de promover o diálogo entre diferentes culturas, evitando tanto a rejeição do novo quanto a desvalorização dos saberes comunitários e ancestrais.

Ciência, tecnologia e transformação digital

O desenvolvimento científico e tecnológico trouxe avanços significativos para a medicina, a comunicação, os transportes, a produção de alimentos e o acesso ao conhecimento. A internet ampliou as possibilidades de estudo e interação, permitindo que estudantes consultem materiais, participem de aulas e desenvolvam projetos colaborativos.

Entretanto, o acesso às tecnologias permanece desigual. Nem todas as famílias possuem computadores, conexão de qualidade ou conhecimentos suficientes para utilizar recursos digitais com segurança. Essa realidade evidencia a exclusão digital, que pode aprofundar desigualdades educacionais.

Além disso, o grande volume de informações disponível exige capacidade crítica. Os estudantes precisam aprender a diferenciar fatos, opiniões, boatos e conteúdos manipulados. O uso responsável das redes sociais envolve proteção de dados pessoais, respeito às diferenças, prevenção do cyberbullying e avaliação da confiabilidade das informações.

► **Impactos das transformações na educação**

A escola diante dos desafios contemporâneos

A escola deve preparar os estudantes para compreender e participar de uma realidade marcada por mudanças rápidas. Isso não significa apenas ensinar o uso de tecnologias, mas desenvolver autonomia, pensamento crítico, criatividade, cooperação e responsabilidade social.

A educação precisa relacionar conteúdos escolares aos problemas concretos da comunidade. Questões como desigualdade urbana, preservação ambiental, racismo, desemprego, mobilidade, violência e acesso a serviços públicos podem ser analisadas a partir da realidade de Salvador e da Bahia, conectando conhecimentos locais a processos nacionais e globais.

Dessa maneira, a escola torna-se um espaço de leitura crítica do mundo. Ao compreender como as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas afetam diferentes grupos, o estudante desenvolve condições para atuar de forma consciente, democrática e solidária na construção de uma sociedade mais justa.

DEMOCRACIA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

► **Democracia como forma de governo e prática social**

O significado da democracia

A democracia é uma forma de organização política fundamentada na soberania popular, isto é, no princípio de que o poder pertence ao povo. Esse poder pode ser exercido diretamente, por meio de consultas, assembleias e outras formas de participação, ou indiretamente, pela escolha de representantes nas eleições. Entretanto, a democracia não se resume ao voto. Ela também depende do respeito às leis, da liberdade de expressão, da pluralidade de ideias, da fiscalização do poder público e da garantia dos direitos fundamentais.

No cotidiano, a convivência democrática exige diálogo, respeito às diferenças e disposição para solucionar conflitos sem violência. Na escola, por exemplo, a democracia pode ser vivenciada quando os estudantes participam da construção de regras, apresentam opiniões, organizam grêmios estudantis, colaboram em projetos coletivos e são ouvidos nas decisões que afetam sua aprendizagem e sua convivência.

Uma sociedade democrática não elimina automaticamente as desigualdades. Por isso, é necessário que as instituições públicas criem condições para que todos possam participar, especialmente as populações historicamente excluídas. Quando determinados grupos não conseguem acessar educação, informação, transporte, saúde ou espaços de decisão, sua participação política torna-se limitada.

► **Cidadania, direitos e responsabilidades**

A cidadania como participação na vida coletiva

Cidadania é a condição de pertencimento a uma comunidade política na qual as pessoas possuem direitos e responsabilidades. Ser cidadão significa poder participar das decisões coletivas, exigir o cumprimento das leis, acompanhar as ações dos governantes e contribuir para a proteção do bem comum.

Os direitos de cidadania podem ser compreendidos em diferentes dimensões. Os direitos civis protegem a liberdade, a igualdade perante a lei, a integridade e a vida privada. Os direitos políticos garantem a participação nas decisões públicas. Os direitos sociais abrangem educação, saúde, moradia, trabalho, alimentação, segurança e proteção social. Os direitos culturais asseguram o acesso à cultura e o reconhecimento das diferentes identidades e tradições.

Direitos e responsabilidades não são opostos. O exercício da cidadania envolve respeitar os direitos das outras pessoas, preservar os espaços públicos, combater discriminações, participar das decisões comunitárias e agir de maneira ética. Contudo, a responsabilidade individual não substitui o dever do Estado de formular políticas públicas e garantir condições dignas de vida.

A tabela a seguir diferencia conceitos frequentemente relacionados, mas que não possuem exatamente o mesmo significado.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDES: PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

DESENVOLVIMENTO HUMANO NA ADOLESCÊNCIA E NAS JUVENTUDES

► Desenvolvimento como processo multidimensional

O desenvolvimento humano corresponde a um processo contínuo de transformações físicas, cognitivas, afetivas, sociais, culturais e identitárias. Na adolescência e nas juventudes, essas dimensões se articulam de maneira intensa, produzindo mudanças que não podem ser compreendidas isoladamente. O crescimento corporal, a ampliação do pensamento abstrato, a reelaboração da imagem de si, a necessidade de pertencimento e a busca por autonomia ocorrem simultaneamente e influenciam diretamente a relação do estudante com a escola, com o conhecimento e com os demais sujeitos.

A adolescência não constitui uma experiência uniforme. As condições sociais, econômicas, territoriais, familiares, étnico-raciais, culturais e de gênero produzem formas diversas de viver esse período. Por essa razão, o uso do termo juventudes, no plural, reconhece que não existe um único modo de ser jovem. Há trajetórias marcadas por diferentes oportunidades, responsabilidades, expectativas e formas de participação social. A compreensão pedagógica dessas diferenças impede que comportamentos sejam interpretados apenas como desinteresse, indisciplina ou imaturidade, desconsiderando os contextos concretos que os produzem.

► Transformações cognitivas e construção da autonomia

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, os estudantes ampliam progressivamente sua capacidade de formular hipóteses, comparar perspectivas, estabelecer relações causais, interpretar informações implícitas e refletir sobre problemas mais complexos. Essa ampliação não ocorre de modo linear nem simultâneo para todos. O desempenho cognitivo depende das experiências anteriores, da qualidade das interações, da mediação docente, do domínio da linguagem e das condições emocionais presentes em cada situação de aprendizagem.

A autonomia intelectual se desenvolve quando o estudante participa de situações em que precisa justificar ideias, tomar decisões, revisar procedimentos e avaliar resultados. Não se trata de deixá-lo sozinho diante das tarefas, mas de organizar apoios que sejam gradualmente retirados à medida que ele adquire maior domínio. A responsabilidade pelo próprio percurso escolar é construída por meio de experiências orientadas, nas quais objetivos, critérios e procedimentos são explicitados.

Identidade, pertencimento e reconhecimento

A construção da identidade ganha centralidade nessa etapa. O estudante busca compreender quem é, como é percebido e a quais grupos pertence. O reconhecimento por pares e adultos influencia a segurança para falar, perguntar, errar e participar. Ambientes marcados por humilhação, estigmatização ou expectativas reduzidas comprometem o vínculo com a aprendizagem. Em sentido oposto, relações baseadas em respeito, escuta e confiança fortalecem o engajamento.

A escola participa ativamente dessa construção identitária ao definir quais saberes são valorizados, quais vozes encontram espaço e quais formas de expressão são legitimadas. Currículos que reconhecem a diversidade de experiências e repertórios possibilitam que os estudantes se percebam como sujeitos de conhecimento, e não apenas como receptores de conteúdos.

► Dimensões socioemocionais e convivência escolar

As emoções interferem na atenção, na memória, na tomada de decisão e na disposição para enfrentar dificuldades. Ansiedade, medo de exposição, sensação de incompetência e conflitos interpessoais podem limitar a participação. A resposta pedagógica não deve reduzir essas questões a características individuais, porque elas também são produzidas pelas relações e pela organização institucional.

A convivência escolar exige normas claras, coerentes e compreensíveis. Regras impostas sem diálogo tendem a ser percebidas como controle externo; regras discutidas em relação às necessidades coletivas favorecem a construção de responsabilidade. A autoridade docente se fortalece quando combina firmeza, previsibilidade, respeito e capacidade de justificar decisões. O estudante compreende melhor os limites quando reconhece sua finalidade educativa e sua relação com o direito de todos à aprendizagem.

PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ANOS FINAIS

► Aprendizagem como atividade mediada

A aprendizagem escolar ocorre por meio da interação entre sujeito, conhecimento, linguagem, instrumentos culturais e relações sociais. O professor exerce função mediadora ao selecionar conteúdos, organizar situações didáticas, formular perguntas, oferecer modelos, identificar dificuldades e criar condições para que o estudante avance além do que realizaria sem apoio. Ensinar não significa apenas expor informações, mas estruturar experiências intelectuais capazes de produzir compreensão.

A mediação exige conhecimento do conteúdo e das formas pelas quais ele pode ser aprendido. Uma explicação precisa considerar os conceitos prévios dos estudantes, os obstáculos mais

frequentes e as diferentes representações possíveis de um mesmo objeto. Diagramas, textos, exemplos, situações-problema, experimentos, debates e produções autorais podem atuar como instrumentos complementares, desde que estejam vinculados a objetivos definidos.

► **Conhecimentos prévios e construção de significados**

Todo estudante interpreta novos conteúdos a partir do que já sabe, acredita ou vivenciou. Esses conhecimentos prévios podem facilitar a aprendizagem, mas também podem conter generalizações inadequadas ou concepções incompatíveis com o conhecimento escolar. O trabalho docente precisa torná-los visíveis, não para confirmar qualquer resposta, mas para compreender o ponto de partida e planejar intervenções pertinentes.

A construção de significados ocorre quando o estudante estabelece relações entre informações novas e estruturas de conhecimento já existentes. A simples repetição pode produzir desempenho imediato sem garantir compreensão duradoura. Atividades que solicitam comparação, classificação, explicação, aplicação e argumentação favorecem relações mais profundas. A aprendizagem se consolida quando o estudante consegue utilizar o conhecimento em contextos diferentes daqueles em que foi inicialmente apresentado.

Linguagem e elaboração conceitual

A linguagem desempenha papel central no desenvolvimento do pensamento. Ler, escrever, explicar oralmente e representar ideias por diferentes meios contribui para organizar o raciocínio. Em todas as áreas, o estudante precisa aprender formas específicas de linguagem: interpretar problemas, compreender enunciados, formular hipóteses, descrever procedimentos e sustentar conclusões.

O domínio dessas práticas não deve ser pressuposto. Cabe ao professor modelar procedimentos, explicitar vocabulários, analisar exemplos e oferecer oportunidades de uso orientado. A leitura de um texto científico, por exemplo, envolve identificar conceitos, relações lógicas, evidências e conclusões. A escrita de uma resposta argumentativa exige selecionar informações, organizá-las e articulá-las com clareza.

► **Interação entre pares e aprendizagem cooperativa**

As interações entre estudantes podem ampliar perspectivas, favorecer a explicitação do pensamento e criar oportunidades de ajuda mútua. O trabalho em grupo, porém, não produz aprendizagem automaticamente. É necessário definir tarefas interdependentes, responsabilidades, critérios de participação e formas de registro. Sem essa organização, alguns estudantes assumem toda a atividade enquanto outros permanecem à margem.

A cooperação se fortalece quando a tarefa exige contribuições diferentes e quando o grupo precisa chegar a uma produção comum. O professor acompanha as interações, intervém diante de exclusões e ajuda os estudantes a transformar divergências em argumentos. O conflito de ideias pode ser produtivo quando ocorre em ambiente seguro, orientado por critérios e aberto à revisão de posições.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

► **Planejamento orientado por objetivos de aprendizagem**

O planejamento didático articula objetivos, conteúdos, metodologias, recursos, tempo e avaliação. Nos Anos Finais, a fragmentação curricular entre componentes pode dificultar a percepção de continuidade. Por isso, os objetivos precisam ser claros e relacionados a aprendizagens essenciais, evitando sequências baseadas apenas na sucessão de páginas ou capítulos.

Objetivos bem definidos descrevem o que o estudante deverá compreender ou ser capaz de realizar. Eles orientam a escolha das atividades e permitem distinguir ações ocupacionais de experiências efetivamente formativas. Uma tarefa pode ser dinâmica e atrativa, mas pouco relevante se não mobilizar operações cognitivas coerentes com o objetivo. A qualidade pedagógica depende da relação entre atividade, conteúdo e aprendizagem pretendida.

► **Diferenciação pedagógica e equidade**

As turmas são heterogêneas quanto a conhecimentos, ritmos, interesses, formas de participação e necessidades de apoio. A diferenciação pedagógica consiste em variar estratégias, recursos, níveis de suporte e modos de expressão sem reduzir as expectativas de aprendizagem. Equidade não significa oferecer experiências idênticas, mas garantir condições adequadas para que todos acessem os conhecimentos escolares.

A diferenciação pode ocorrer por meio de textos com apoios distintos, tempo ampliado, exemplos adicionais, organização de duplas produtivas, uso de recursos visuais, antecipação de vocabulário e possibilidade de demonstrar aprendizagem em formatos diversos. Essas medidas precisam preservar a centralidade do conteúdo e evitar a segregação permanente dos estudantes.

Sequenciação, complexidade e retomada

A aprendizagem se beneficia de sequências que avancem do reconhecimento inicial para formas mais complexas de análise, aplicação e produção. A complexidade deve crescer de modo planejado, com retomadas que permitam consolidar conhecimentos. Repetir exatamente a mesma atividade tende a produzir automatismo limitado; retomar um conceito em novos contextos promove flexibilidade cognitiva.

A organização temporal precisa considerar que algumas aprendizagens exigem prática distribuída. Conteúdos apresentados uma única vez podem ser esquecidos ou permanecer superficiais. Revisitações intencionais, conectadas a novos problemas, ajudam o estudante a perceber continuidade e ampliar a compreensão.

► **Metodologias e participação ativa**

A participação ativa envolve operações intelectuais realizadas pelo estudante, e não apenas movimento, fala ou uso de tecnologias. Resolver problemas, analisar fontes, produzir explicações, comparar soluções e criar representações são formas de atividade cognitiva. A exposição oral do professor continua sendo válida quando é clara, estruturada e articulada a momentos de processamento, questionamento e aplicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONCEPÇÕES DE LÍNGUA, LINGUAGEM E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. LINGUAGEM COMO INTERAÇÃO SOCIAL, PRÁTICA DISCURSIVA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS. DIALOGISMO, DISCURSO, TEXTO, ENUNCIADO E GÊNEROS DISCURSIVOS (BAKHTIN). PRÁTICAS DE LINGUAGEM

LÍNGUA COMO SISTEMA, EXPRESSÃO DO PENSAMENTO E INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO

As concepções tradicionais de língua ajudam a compreender a história do ensino de Língua Portuguesa e suas mudanças ao longo do tempo. Entre as visões mais conhecidas estão a língua como expressão do pensamento, a língua como instrumento de comunicação e a língua como sistema de regras. Cada uma dessas concepções influenciou práticas pedagógicas, materiais didáticos e formas de avaliação.

A concepção de língua como expressão do pensamento parte da ideia de que a linguagem serve para exteriorizar aquilo que o indivíduo pensa. Nessa visão, falar ou escrever bem dependeria principalmente de pensar bem. A linguagem seria uma espécie de espelho do pensamento. Se o pensamento fosse claro, a expressão também seria clara; se houvesse confusão na fala ou na escrita, isso indicaria confusão mental.

Essa concepção valoriza o sujeito individual e sua capacidade de organizar ideias. Ela contribuiu para práticas de ensino voltadas à clareza, à correção e à ordem lógica do texto. No entanto, apresenta limitações, pois tende a tratar a linguagem como algo individual, sem considerar suficientemente o contexto social, os interlocutores, os gêneros e as condições de produção.

A concepção de língua como instrumento de comunicação entende a linguagem como meio de transmissão de mensagens. Nessa perspectiva, há um emissor, uma mensagem, um receptor, um código, um canal e um contexto. A comunicação ocorre quando o emissor codifica uma mensagem e o receptor a decodifica. Essa visão foi importante para destacar a função comunicativa da língua.

No ensino, essa concepção contribuiu para a valorização da comunicação clara e eficiente. O estudante deveria aprender a transmitir mensagens de modo compreensível. A língua passou a ser vista não apenas como expressão individual, mas como ferramenta de troca de informações. Entretanto, essa visão também tem limites, pois pode simplificar excessivamente o processo de linguagem, tratando a comunicação como mera transmissão de conteúdo.

Na prática, a comunicação não é apenas envio e recebimento de mensagens. Os sentidos não estão prontos dentro das palavras, esperando apenas serem decodificados. Eles são construídos na relação entre texto, contexto, interlocutores, conhecimentos prévios, intenções e valores sociais. Por isso, a linguagem não pode ser reduzida a um canal neutro.

A concepção de língua como sistema está associada à ideia de que a língua possui uma estrutura organizada. Ela é formada por regras, unidades, relações e níveis, como sons, palavras, frases, significados e usos. Essa visão é importante porque permite estudar o funcionamento interno da língua, sua gramática, sua organização e suas regularidades.

A língua como sistema não deve ser descartada. É necessário conhecer regras gramaticais, ortografia, pontuação, coesão, concordância, tempos verbais e estrutura dos enunciados. Esses conhecimentos ajudam na leitura e na produção textual. O problema surge quando o ensino reduz a língua apenas ao sistema, ignorando o uso social.

Quando a língua é ensinada apenas como sistema de regras, o estudante pode aprender a classificar palavras, mas não necessariamente a produzir bons textos. Pode identificar sujeito e predicado, mas não compreender o efeito de uma escolha verbal em uma argumentação. Pode decorar normas, mas não saber adequar sua linguagem a diferentes situações.

Por isso, as concepções tradicionais precisam ser compreendidas criticamente. Elas não são totalmente erradas, mas são incompletas. A língua expressa pensamentos, comunica informações e possui sistema gramatical. Porém, ela também é interação, prática social, discurso, história e produção de sentidos.

No ensino atual, é necessário integrar essas dimensões. A gramática deve ser ensinada, mas em relação ao uso. A comunicação deve ser trabalhada, mas considerando interlocutores reais e contextos sociais. A expressão do pensamento deve ser desenvolvida, mas reconhecendo que o pensamento também se organiza na interação com outros discursos.

Um exemplo ajuda a entender essa integração. Ao produzir um artigo de opinião, o estudante precisa organizar ideias, comunicar uma posição, usar recursos gramaticais adequados, considerar o leitor, dialogar com argumentos contrários e construir efeitos de sentido. Nenhuma concepção isolada explica completamente essa atividade.

LINGUAGEM COMO INTERAÇÃO SOCIAL

Compreender a linguagem como interação social significa reconhecer que falar, escrever, ler e escutar são formas de agir com outras pessoas em situações concretas. A linguagem não é apenas um conjunto de palavras ou regras; é uma atividade humana realizada em contextos sociais. Por meio dela, os sujeitos informam, perguntam, respondem, argumentam, convencem, narram, ensinam, discordam, emocionam, negociam e constroem relações.

Nessa perspectiva, o sentido não está pronto apenas na palavra ou na frase. Ele é construído na interação entre os participantes da comunicação. O que uma pessoa diz depende de quem fala, para quem fala, em que situação fala, com qual intenção, por meio de qual gênero e em qual contexto histórico e social. Uma mesma frase pode ter sentidos diferentes conforme a situação.

Por exemplo, a expressão “que ótimo” pode indicar elogio sincero, ironia, surpresa ou descontentamento, dependendo do tom, do contexto e da relação entre os interlocutores. Isso mostra que a linguagem não funciona apenas pelo significado literal das palavras. Ela depende da situação de uso e da interpretação dos sujeitos envolvidos.

A linguagem como interação social também destaca que todo texto tem destinatário. Mesmo um texto escrito sem leitor definido é produzido com alguma imagem de leitor. Quem escreve escolhe palavras, argumentos, exemplos e formas de organização pensando em alguém que irá ler. Esse leitor pode ser real, imaginado, amplo ou específico, mas sempre influencia a produção do texto.

No ensino de Língua Portuguesa, essa concepção muda profundamente a prática pedagógica. O estudante não deve escrever apenas para preencher linhas ou demonstrar domínio de regras gramaticais. Ele deve escrever com finalidade, interlocutor e gênero definidos. Deve saber para quem escreve, por que escreve, sobre o que escreve e em que situação o texto circulará.

Da mesma forma, a leitura deixa de ser mera decodificação. Ler é interagir com o texto. O leitor mobiliza conhecimentos prévios, identifica pistas linguísticas, reconhece o gênero, considera o contexto e constrói sentidos. A leitura é uma atividade ativa, não passiva. O leitor não apenas recebe informações; ele interpreta, compara, questiona e relaciona.

A oralidade também ganha importância. Durante muito tempo, o ensino de Língua Portuguesa valorizou mais a escrita formal e deixou a fala em segundo plano. Porém, se a linguagem é interação social, a fala e a escuta são práticas fundamentais. Debates, seminários, entrevistas, rodas de conversa, apresentações e discussões argumentativas devem fazer parte do ensino.

A interação social também envolve adequação linguística. Não se fala da mesma forma em todas as situações. A linguagem usada em uma conversa familiar é diferente da linguagem de uma apresentação acadêmica, de uma entrevista de emprego, de um requerimento administrativo ou de uma mensagem informal. Ensinar língua é ensinar a reconhecer essas variações e escolher formas adequadas ao contexto.

Essa perspectiva também combate preconceitos linguísticos. Se a língua é prática social, é preciso reconhecer que existem diferentes variedades linguísticas, relacionadas a região, idade, grupo social, contexto e situação comunicativa. A norma-padrão tem importância em determinados usos formais, mas não deve ser confundida com a única forma legítima de língua.

O papel da escola é ampliar repertórios linguísticos. O estudante não precisa abandonar sua forma de falar, mas deve aprender também outras formas de uso da língua, especialmente aquelas exigidas em situações públicas, acadêmicas e profissionais. Ensinar norma-padrão deve significar ampliar possibilidades de participação, e não desvalorizar identidades linguísticas.

A interação social também mostra que a linguagem é atravessada por valores. Ao escolher uma palavra, o falante pode expressar respeito, ironia, distanciamento, afeto, crítica ou autoridade. Os textos carregam posições sociais e ideológicas. Por isso, compreender linguagem é também compreender relações de poder e modos de representação da realidade.

No trabalho com textos, o professor pode perguntar: quem produziu esse texto? Para quem? Com qual finalidade? Em que contexto? Que posição o autor assume? Que recursos linguísticos foram usados para produzir certos efeitos? Que vozes sociais aparecem? Que sentidos são possíveis? Essas perguntas aproximam o ensino da linguagem real.

LINGUAGEM COMO PRÁTICA DISCURSIVA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A linguagem como prática discursiva significa compreender que o uso da língua ocorre sempre em situações sociais concretas, atravessadas por valores, intenções, relações de poder, posições ideológicas e contextos históricos. A linguagem não é neutra. Toda fala, todo texto e todo enunciado produzem sentidos a partir de escolhas feitas por sujeitos inseridos em uma sociedade.

Quando alguém produz um texto, não escolhe palavras de maneira aleatória. A seleção vocabular, a organização das frases, o tom, o gênero, os argumentos e os exemplos constroem determinada imagem da realidade. Assim, a linguagem não apenas descreve o mundo; ela também participa da construção de sentidos sobre o mundo.

Um mesmo fato pode ser apresentado de formas diferentes conforme o discurso. Um jornal pode chamar um grupo de “manifestantes”, outro pode chamá-lo de “vândalos”, outro de “trabalhadores em protesto”. Cada escolha produz efeito de sentido distinto. A linguagem, portanto, revela posições e interpretações.

A prática discursiva envolve sujeitos que falam de determinados lugares sociais. Um professor, um estudante, um juiz, um médico, um jornalista, um político, um trabalhador e um influenciador digital não falam a partir do mesmo lugar. Cada posição social influencia o modo de dizer, a autoridade atribuída ao discurso e a forma como os outros interpretam esse discurso.